

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UM ESTUDO SOBRE O VALOR DISTRIBUÍDO PELO SEGMENTO DE BANCOS DA BM&F BOVESPA

STATEMENT OF VALUE ADDED: A STUDY ON THE AMOUNT DISTRIBUTED BY SEGMENT OF BANKS BM & F BOVESPA

Dr. Irineu Afonso Frey

Professor do Departamento de Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
irineu.frey@ufsc.br

Ms. Marcia Rosane Frey

Professora do Departamento de Ciências Contábeis
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
mfrey@unisc.br

Bel. Tiago de Britto Rodrigues

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
tiagobrodrigues@hotmail.com

RESUMO

As organizações estão cada vez mais preocupadas e comprometidas com o meio ambiente e a sociedade como um todo. Para atender às expectativas de uma sociedade cada vez mais exigente, as organizações começaram a se preocupar com a transparência das informações que chegam à sociedade sobre o cumprimento das suas obrigações. A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, juntamente com o Balanço Social e Relatórios de Sustentabilidade, surgem nesta conjuntura como importantes ferramentas de análise e controle do retorno dado pelas organizações ao meio no qual estão inseridas. A DVA tem sido apontada por muitos autores como um instrumento de análise macroeconômico, uma vez que serve para mensurar a riqueza gerada pelas atividades das organizações, e principalmente evidenciar a forma de distribuição dessa riqueza entre os agentes econômicos que participaram de sua criação, constituindo-se numa fonte de informações para a sociedade. Para a contabilidade, a DVA representa um novo rumo em relação às Demonstrações Contábeis tradicionais, uma vez que as informações estão segregadas para uma magnitude mais social. Nesse contexto mais social, da evidenciação de informações relativas à remuneração dos agentes que ajudaram a formar a riqueza da organização, o presente estudo analisou as Demonstrações do Valor Adicionado no setor financeiro, especificamente no segmento de bancos da BM&F Bovespa, referentes ao período de 2007 a 2009, buscando-se responder ao seguinte problema de pesquisa: como é distribuído o Valor Adicionado entre os agentes pessoal, governo, terceiros e capital próprio pelos bancos com ações negociadas na BM&F Bovespa? Para fundamentar o estudo, buscou-se, por meio da pesquisa bibliográfica, entendimentos de diferentes autores sobre o tema Responsabilidade Social Empresarial e sobre a Demonstração do Valor Adicionado. A metodologia do estudo apresentou caráter descritivo, além de uma abordagem quali-quantitativa. A coleta de dados empíricos foi realizada no sítio eletrônico da BM&F BOVESPA, no qual foram consultados e analisados demonstrativos financeiros, relatórios da administração e notas explicativas publicadas, caracterizando-se como uma pesquisa documental. Os resultados do estudo apontaram que os segmentos pessoal e capital próprio receberam em média maior remuneração por parte dos bancos no período analisado. A remuneração para o governo, a título de impostos, taxas e contribuições, ficou em terceiro lugar, recebendo em média 25% do Valor Adicionado total distribuído. A menor parcela da riqueza gerada ficou para a remuneração de capitais de terceiros. Numa segunda análise, com estratificação dos bancos por controle acionário, os bancos de controle público apresentaram um maior percentual de distribuição para o segmento de pessoal, enquanto nos de controle privado a maior distribuição foi para a remuneração de capitais próprios. Com a elaboração da DVA é possível às organizações evidenciarem o quanto proporcionam de retorno à sociedade. Considerando o aspecto social da DVA, reforça-se que sua elaboração e divulgação deveria ser obrigatória para todas as organizações e não apenas para as empresas de capital aberto.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado. Responsabilidade social. Evidenciação contábil.

ABSTRACT

Organizations are increasingly concerned and committed to the environment and society as a whole. To meet the expectations of an increasingly demanding society, organizations began to worry about the transparency of information getting to the society about the fulfillment of its obligations. The Value Added Statement - DVA, along with the Social and Sustainability reports, arise at this juncture as important tools for analysis and control of the feedback given by the environment in which organizations are embedded. The DVA has been pointed out by many authors as a tool of macroeconomic analysis, since it is used to measure the wealth generated by the organizations activities and especially to highlight how the distribution of that wealth among economic agents who participated in its creation occurs, constituting is a source of information for society. For accounting, DVA represents a new direction as opposed to traditional Financial Statements, since the information is segregated to a more social magnitude. In this context, regarding the disclosure of information concerning the remuneration of the agents who helped form the wealth of the organization, this study examined the Statements of Value Added in the financial sector, specifically in the bank segments of BM&F Bovespa, from 2007 to 2009, seeking to answer the following research question: how is the Added Value distributed among staff personnel, government, contractors and banks with equity shares traded on the BM&F Bovespa? To support the study, it was sought, through bibliographic research, the understanding of different authors on the topic of Corporate Social Responsibility and the Value Added Statement. The methodology of the study presented descriptive character and a qualitative and quantitative approach. The empirical data collection was carried out in the website of BM&F BOVESPA, in which were consulted and analyzed financial statements, management reports and published notes, characterized as documentary research. The study results showed that the personal and equity segments were on average receiving the highest compensation by banks during the analyzed period of time. The remuneration to the government, of taxes and contributions, finished third, receiving on average 25% of the total Value Added distributed. The smaller portion of the wealth generated was for compensation of third party capital. In a second analysis, with stratification of banks interest control, public controlled banks had a greater percentage distribution for the personal segment, while those in private control went to the payment of equity. With the development of DVA, organizations can provide as evidence how much they the return to society. Considering the social aspect of the DVA, it reinforces that its preparation and disclosure should be mandatory for all organizations, not only for publicly traded companies.

Keywords: Value Added Statement. Social responsibility. Accounting disclosure.

1 INTRODUÇÃO

No meio empresarial, destacam-se cada vez mais as organizações que deixam o mais claro possível suas ações, tanto na parte operacional visando ao lucro, quanto na parte social visando ao bem comum. A responsabilidade social empresarial é tema de diversas discussões nas últimas décadas, tendo muitos autores se dedicado a essa questão, no entanto, com entendimentos e visões diferentes.

Nesse novo contexto também se insere a contabilidade que tem o compromisso de evidenciar a importância das organizações para os ambientes nos quais estão inseridas. Com a publicação da Lei n. 11.638 em 28 de dezembro de 2007, que alterou e revogou dispositivos da Lei n. 6.404 de 1976, torna-se obrigatória, para as empresas de capital aberto, a publicação anual de um demonstrativo que era apenas publicado em caráter voluntário, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

A Demonstração do Valor Adicionado, elaborada por meio de dados obtidos na

escrituração contábil, é considerada por muitos autores um excelente instrumento macroeconômico, uma vez que serve para mensurar a riqueza gerada pelas atividades das organizações, e principalmente evidenciar a forma de distribuição dessa riqueza entre os agentes econômicos que participaram de sua criação, inserindo-se no contexto da responsabilidade social.

Em termos de cronologia histórica da DVA, faz-se necessário mencionar que no Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 1992, apoiou a elaboração e divulgação da DVA, por meio do Parecer de Orientação CVM n. 24/92. Posteriormente pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP n. 01/00 sugeriu a utilização do modelo desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e propôs a obrigatoriedade da divulgação da DVA no anteprojeto de reformulação da Lei n. 6.404/76. O modelo elaborado pela FIPECAFI, além do aval recebido pela CVM, passou a ser usado como padrão pelas empresas participantes do cadastro da Revista Exame, da edição de Melhores e Maiores (MM), que em 1998 incluiu um novo critério de avaliação denominado ‘excelência empresarial’.

Ainda, anteriormente à Lei n.11.638/07, que tornou obrigatória a publicação anual da DVA para as empresas de capital aberto, na área contábil teve-se a primeira normatização da DVA com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) n. 1.010/05 que aprovou a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado, atualmente atualizada e alinhada ao texto do CPC n. 09, e com adequação de nomenclatura para NBC TG 09.

A Demonstração do Valor Adicionado, conforme Cunha (2002), representa para a contabilidade um novo rumo em comparação com as Demonstrações Contábeis tradicionais, pois, além de evidenciar o lucro dos investidores, demonstra a distribuição da riqueza gerada aos agentes que ajudaram a formar a respectiva riqueza da organização.

Na ótica da evidenciação de informações relativas à remuneração dos agentes que ajudaram a formar a riqueza da organização, o presente estudo analisou as Demonstrações do Valor Adicionado no setor financeiro, especificamente no segmento de bancos da BM&F Bovespa, referente ao período de 2007 a 2009, para o qual buscou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: como é distribuído o valor adicionado entre os agentes pessoal, governo, terceiros e capital próprio pelos bancos com ações negociadas na BM&F Bovespa?

Para o estudo, inicialmente buscou-se, por meio da pesquisa bibliográfica, um aprofundamento teórico a respeito da responsabilidade social empresarial e da Demonstração do Valor Adicionado, objeto de análise do presente estudo. A coleta de dados empíricos foi

realizada no sítio eletrônico da Bolsa de Mercadorias e Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo - BM&F Bovespa, para o qual se utilizou a população de organizações do segmento de bancos que compõem o setor financeiro da BM&F Bovespa, que mantiveram a periodicidade da divulgação da DVA no período de 2007 a 2009.

Na sequência, apresenta-se a primeira etapa do trabalho, relativa à pesquisa bibliográfica, constituindo-se no Referencial teórico que busca dar um embasamento ao estudo, abordando a Responsabilidade Social Empresarial e a Demonstração do Valor Adicionado. Após segue o detalhamento da metodologia, a descrição e a análise dos dados e resultados e as conclusões do estudo realizado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do presente estudo tem como objetivo buscar o entendimento de diferentes autores sobre o tema em questão para servir de embasamento técnico e científico na análise da distribuição do Valor Adicionado dos bancos da BM&F Bovespa. Inicialmente, antes de abordar propriamente a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, apresenta-se uma contextualização sobre a responsabilidade social empresarial e sua evidenciação.

2.1 Responsabilidade social empresarial

Vários foram os movimentos que impulsionaram a responsabilidade social empresarial, sendo resultado de diversas críticas recebidas pelas organizações que, ao serem questionadas pela sociedade sobre suas ações que apenas visavam ao lucro, foram levadas a dar mais importância aos campos social, ético e ambiental, principalmente em consequência da crescente desigualdade que atinge a sociedade.

De acordo com a literatura, a responsabilidade social tem um conceito amplo que abrange além do campo social, o ambiental, a cultura e a ética, sendo, por essa mesma razão, também é um conceito ainda não consolidado, mas transmite a ideia da obrigação da organização para com a sociedade. Como o próprio nome sugere, para uma organização ser responsável socialmente ela deve ter consciência dos efeitos de suas ações e atuar de forma que seja possível reverter esses efeitos, objetivando diminuir os problemas sociais e ambientais que atingem a sociedade.

Nesse contexto, De Luca et al. (2009, p. 5) defendem que “uma empresa não pode buscar somente lucros. Seus resultados econômicos devem estar diretamente relacionados ao seu desempenho social”. Tinoco e Kraemer (2008, p. 29) fortalecem essa ideia, afirmando

que “cada vez mais as empresas sentem-se obrigadas a incorporar aos objetivos de obtenção de lucros a responsabilidade social, pois dela dependem sua continuidade, além de abranger o bem-estar da população em sua integridade”.

Para Leão (2003, p. 35), “a responsabilidade social envolve o comportamento ético e a qualidade das relações que a empresa estabelece com todos os seus públicos. É um processo contínuo de aprendizagem que, para se concretizar, deve estar incorporado à gestão dos negócios”.

No Brasil a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) elaborou e aprovou em 2004 a norma NBR 16001, que preconiza um sistema de gestão da Responsabilidade Social. A referida norma estabelece requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão da Responsabilidade Social, permitindo à organização formular e implementar uma política e objetivos que levem em conta as exigências legais, seus compromissos éticos e sua preocupação com a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, além da transparência das suas atividades.

De acordo com a norma, cabe à alta administração definir a política de Responsabilidade Social, consultando as partes interessadas e assegurando, dentre outros tópicos, que a mesma inclua o comprometimento com a promoção da ética e do desenvolvimento sustentável. Assim, à medida que a NBR 16001 for obtendo adesão por parte das organizações poderá constituir-se num instrumento de indução de novos valores, influenciando inclusive as respectivas cadeias de fornecedores, clientes, comunidades de entorno e sociedade, uma vez que o sistema de gestão da responsabilidade social deve levar em consideração os *stakeholders* da organização.

Ainda no Brasil, cabe destacar o trabalho de disseminação da responsabilidade social realizado pelo Instituto Ethos que possui o seguinte posicionamento sobre o tema:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2010, <http://www.ethos.org.br>).

Em 2010 obteve-se um grande avanço com a publicação da ISO 26000 que estabelece diretrizes sobre a Responsabilidade Social. A ISO 26000 foi elaborada pelo *Working Group on Social Responsibility*, por meio de um processo multipartite que envolveu especialistas de mais de 90 países e 40 organizações internacionais. O Brasil participou ativamente das discussões, sendo o conteúdo técnico amplamente discutido e divulgado em eventos e

reuniões pela Comissão de Estudo Especial de Responsabilidade Social (ABNT/CEE-111).

A norma foi concebida para ser utilizada tanto pela organização que começa a abordar o tema da responsabilidade social, como por aquela mais experiente em sua implementação, visando auxiliar as organizações a contribuírem para o desenvolvimento sustentável. Também tem por objetivo estimular as organizações a irem além da conformidade legal, reconhecendo que conformidade com a lei é uma obrigação fundamental de qualquer organização e parte essencial de sua responsabilidade social (ABNT, NBR ISO 26000:2010).

Percebe-se que a responsabilidade social vem sendo cada vez mais incorporada ao mundo dos negócios e se tem tornado um diferencial muito importante para a sustentabilidade empresarial. Também é tida como uma importante estratégia empreendedora por parte das organizações perante seus consumidores que estão valorizando cada vez mais as entidades que têm um compromisso social com todo o público envolvido, ou seja, seus *stakeholders*.

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social (2007, p. 9)

com a consolidação do conceito de responsabilidade social empresarial, diversos atores sociais, entre os quais organizações de sociedade civil, empresas e instituições públicas, desenvolvem métodos e padrões para avaliar os desempenhos ambiental, econômico e social das organizações, com o propósito de contemplar a crescente demanda da sociedade por transparência, entendida como elemento fundamental para a efetivação do processo de gestão socialmente responsável. Atualmente, sabe-se que o balanço social constitui na ferramenta que atende tal expectativa.

Instituições como o Instituto Ethos, criado em 1998, e o Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica – IBASE, criado em 1981, tiveram no Brasil papel decisivo da difusão do Balanço Social, também denominado de forma mais ampla por Relatório Socioambiental ou de Sustentabilidade.

Em termos de evidenciação da responsabilidade social, o Balanço Social configura-se numa complementação das demonstrações contábeis tradicionais, tendo recebido atenção especial por parte do Conselho Federal de Contabilidade com uma Norma Brasileira de Contabilidade específica, a NBC T 15 que trata da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental. De acordo com a NBC T 15, a geração e a distribuição de riqueza, ou seja, a DVA, é um dos indicadores específicos que deve ser evidenciado no conjunto das informações de natureza social e ambiental, juntamente com os indicadores de recursos humanos, interação da entidade com o ambiente externo e com o meio ambiente.

Além de ser um indicador específico da NBC T 15, a distribuição do Valor Adicionado, anteriormente a normatização contábil, já havia sido incluída como um novo indicador do modelo de Balanço Social proposto pelo Ibase, e, um ano após, em 2002, a DVA foi referenciada pelo Instituto Ethos, para ser apresentada como uma demonstração integrante

do Relatório de Sustentabilidade, conforme proposto no Guia de elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade do Instituto Ethos.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

O Valor Adicionado, para Santos (2007), está intimamente ligado à apuração do Produto Nacional que, segundo Rossetti (1997, p. 548), é responsável por expressar “[...] a soma dos bens e serviços finais produzidos pela economia”. O autor descreve ainda que dele são excluídas as transações intermediárias, a fim de evitar as contagens múltiplas. Ideia que também é apresentada na obra de De Luca et al. (2009, p. 22):

A expressão bens e serviços finais produzidos mostra um dos principais problemas na formação do PNB: a contagem múltipla. Para evitá-la, somente são computados no cálculo do PNB os produtos e serviços de consumo final, excluindo-se os bens intermediários consumidos durante o processo produtivo.

De acordo com Santos (2007, p. 29), “[...] o valor adicionado representa o incremento de valor que se atribui a um bem durante o processo produtivo”. O autor cita ainda que “[...] “a empresa, que está situada entre o mercado vendedor e o mercado comprador, em sua operação agrega valor aos bens e serviços adquiridos, transformando-os e recolocando-os no mercado.”

A Demonstração do Valor Adicionado, segundo De Luca et al. (2009) e Santos (2007), surgiu na Europa, sendo os países precursores a França, Inglaterra e Alemanha, e sempre esteve ligada ao conceito de responsabilidade social, mais especificamente ao próprio Balanço Social.

Muitas nações consideram tal demonstrativo fundamental, como por exemplo, no caso da instalação de uma multinacional, no qual é possível, por meio do demonstrativo, analisar o tamanho da riqueza que tal organização poderá gerar (NEVES e VICECONTI, 2002). Nesse contexto, Rahman (apud SANTOS, 2007, p. 38-39) argumenta que:

Há muitas vantagens em se apresentar a Demonstração do Valor Adicionado de uma empresa multinacional em um país que a hospeda. As vantagens apóiam-se no fato de que essa demonstração oferece à empresa multinacional a oportunidade de apresentar sua contribuição a esse país. A empresa multinacional pode utilizar essa demonstração para estabelecer o interesse da comunidade e de seus legisladores num país qualquer. Isso daria à empresa a oportunidade para formação de goodwill, expansão de mercado, redução de conflitos com o governo local e outros grupos da sociedade, e evitaria diversos desgastes políticos. Como consequência disso a empresa provavelmente alcançaria maior crescimento e estabilidade de seus lucros.

No Brasil, já há algum tempo a importância da DVA vem sendo discutida por diversos pesquisadores, principalmente na área contábil e econômica. Para Tinoco e Kramer (2008, p. 99) o início “deu-se a partir das publicações pioneiras da Telebrás e de algumas de suas controladas, no exercício de 1990; da (extinta) Cia. Municipal de Transportes Coletivos RRCF, Fortaleza, v.4, n.2, Jul./Dez. 2013

(CMTC) de São Paulo em 1991 e do Banespa no exercício de 1992”.

A regulamentação da DVA se deu por meio da Lei n. 11.638 em 28 de dezembro de 2007, como resultado de vários movimentos, tanto do meio acadêmico e empresarial, como de órgãos normatizadores. Um marco orientativo foi o Parecer de Orientação da CVM n. 24/92, pelo qual a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 1992, apoiou a elaboração e divulgação da DVA. Posteriormente pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP n. 01/00 sugeriu a utilização do modelo desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e propôs a obrigatoriedade da divulgação da DVA no anteprojeto de reformulação da Lei n. 6.404/76. O modelo elaborado pela FIPECAFI, além do aval recebido pela CVM, passou a ser usado como padrão pelas empresas participantes do cadastro da Revista Exame, da edição de Melhores e Maiores (MM), que, em 1998, incluiu um novo critério de avaliação denominado ‘excelência empresarial’.

Ainda, anteriormente à Lei n.11.638/07, que tornou obrigatória a publicação anual da DVA para as empresas de capital aberto, na área contábil teve-se a primeira normatização da DVA com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) n. 1.010/05 que aprovou a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado, atualmente atualizada e alinhada ao texto do pronunciamento técnico CPC n. 09, e com adequação de nomenclatura para NBC TG 09. A CVM, incentivadora da elaboração e publicação da DVA, também aprovou o pronunciamento técnico CPC 09 por meio da Deliberação CVM 557/08.

Ao regulamentar a DVA, a Lei n. 11.638/07, no artigo 188, inciso II, também dispôs sobre as informações que a demonstração deve evidenciar, estabelecendo que, no mínimo, deve indicar “o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída” (BRASIL, Lei n. 11.638/07).

De acordo com o CPC 09, normatizado pela NBC TG 09 e pela Deliberação CVM 557/08, a Demonstração do Valor Adicionado é dividida em duas partes fundamentais: uma que trata da geração da riqueza, e outra que trata da sua distribuição entre os diversos agentes econômicos. Dada a especificidade de algumas atividades, o CPC 09 contemplou 3 estruturas de modelos de DVA: o modelo I para as entidades mercantis (comerciais e industriais) e prestadoras de serviços; o modelo II para atividades de intermediação financeira (instituições financeiras bancárias); e o modelo III para atividades de seguro (seguradoras). A estrutura e o detalhamento de cada modelo podem ser verificados nas respectivas normatizações, estando

Demonstração do valor adicionado: um estudo sobre o valor distribuído pelo segmento se
bancos da BM&F BOVESPA

tanto a NBC TG 09 como a Deliberação CVM 557/08 disponíveis nos respectivos sítios eletrônicos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Tendo-se por unidade de análise a DVA do segmento de bancos, entende-se necessário contextualizar que o ramo de atividade das instituições financeiras se diferencia das outras empresas comerciais, principalmente no que tange ao conceito de valor adicionado. Santos (2007, p. 44) salienta, “[...] que nessa atividade não se pode falar em vendas de bens e serviços, mas em intermediação financeira”. Embora as instituições financeiras também vendam produtos e serviços, a intermediação ainda apresenta a maior parte das receitas. O autor explica ainda que:

Para se resolver o impasse de se poder ou não considerar a atividade bancaria como geradora e distribuidora de riqueza, convencionou-se que, excepcionalmente, os custos financeiros dessa atividade devem ser alocados como custo de obtenção de receita e não como distribuição de valor adicionado (SANTOS, 2007, p. 44).

Por este motivo a DVA desse setor também se diferencia em alguns itens evidenciados, em relação as demais empresas comerciais. Uma das principais diferenças se refere à questão dos juros pagos e recebidos por parte das empresas. Segundo De Luca et al. (2009, p. 57), as instituições financeiras

têm os juros como remuneração de seus serviços e produtos, constituindo-se, portanto, em suas receitas principais, ao contrário do que ocorre com as demais empresas, que os têm como valores recebidos em transferência. Igualmente, os juros pagos no desenvolvimento de suas atividades principais são tratados como redutores da receita, de forma a identificar o montante de recursos gerados por outras companhias, e não como distribuição do Valor Adicionado.

Assim o modelo de DVA proposto para as instituições financeiras se diferencia basicamente na evidenciação da geração da riqueza, apresentando pouca diferença na estrutura dos elementos de evidenciação da distribuição do valor adicionado. No Quadro 1 apresenta-se o modelo proposto pelo CPC 09 e normatizado pela NBC TG 09 e pela Deliberação da CVM n. 557/08.

Quadro 1 - Demonstração do Valor Adicionado – Instituições Financeiras Bancárias

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Intermediação Financeira		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
1.4) Outras		
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
3 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3.1) Materiais, energia e outros		

3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
4 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
5 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
6 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
7 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneração direta		
9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 – F.G.T.S		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		
9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de Capitais Próprios		
9.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 – Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(*) O total do item 9 deve ser exatamente igual ao item 8.

Fonte: CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC, 2010

No modelo apresentado no Quadro 1, específico para instituições financeiras, pode-se verificar que a receita principal são as Receitas de Intermediação Financeira que devem incluir as receitas com operações de crédito, arrendamento mercantil, resultados de câmbio, títulos e valores mobiliários e outras. No que se refere à Distribuição do Valor Adicionado, item 9 do modelo demonstrado no Quadro 1, a diferença é na remuneração de capitais de terceiros que não apresenta a conta juros pagos a terceiros, já que esses, devem ser computados como despesas de intermediação financeira.

Na sequência, são abordados os procedimentos metodológicos adotados no estudo, buscando responder ao objetivo proposto, bem como um detalhamento da população estudada.

3 METODOLOGIA

A metodologia tem como objetivo esclarecer quais os procedimentos adotados para o desenvolvimento de uma pesquisa. O presente estudo pode ser considerado de natureza descritiva, uma vez que tem como principal objetivo descrever e investigar características de RRCF, Fortaleza, v.4, n.2, Jul./Dez. 2013

determinada população, tendo como unidade de análise o segmento de organizações financeiras ‘bancos’ ações negociadas na BM&F Bovespa.

No entendimento de Andrade (2002) a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los sem o pesquisador interferir neles. Beurem e Raupp (2004) salientam que vários estudos utilizam a pesquisa descritiva para esclarecer determinadas características na análise e descrição de problemas de pesquisa na área contábil.

Inicialmente, para responder á pergunta de pesquisa, buscou-se um aprofundamento teórico a respeito da responsabilidade social empresarial e da Demonstração do Valor Adicionado, objeto de análise do presente estudo. Para tal foi realizada uma pesquisa bibliográfica em materiais já elaborados, como livros, dissertações, teses, artigos e banco de dados disponibilizados em sítios eletrônicos.

A coleta de dados empíricos foi realizada no sítio eletrônico da Bolsa de Mercadorias e Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo, sendo a respectiva fonte classificada como secundária, pois foram utilizados demonstrativos financeiros, relatórios da administração e notas explicativas publicadas no respectivo sítio eletrônico, caracterizando-se como uma pesquisa documental.

Os métodos de abordagem utilizados podem ser considerados quantitativos e qualitativos. Um estudo quantitativo segundo Richardson (1999, p. 70) “representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências”. Quanto à abordagem qualitativa, o mesmo autor cita que essa difere da quantitativa, principalmente por não empregar um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema (RICHARDSON 1999).

Para o estudo utilizou-se toda a população de organizações do segmento de bancos que compõem o setor financeiro da Bolsa de Valores e Mercadorias de São Paulo, que mantiveram a divulgação da DVA no período de 2007 a 2009, totalizando uma população de 22 instituições financeiras, no qual 7 são de controle acionário público e 15 de controle privado, especificadas no Quadro 2

O período analisado de 2007 a 2008 foi escolhido em função da disponibilidade dos dados empíricos, no qual a maioria dos bancos manteve a periodicidade da divulgação da DVA. Da população de bancos da BM&F BOVESPA foram excluídas seis instituições por não terem apresentado a respectiva demonstração em algum dos anos analisados.

Quadro 2 - Organizações financeiras pesquisadas

RAZÃO SOCIAL	NOME NO PREGÃO	CONTROLE
BCO. EST. ESPIRITO SANTO	BANESTES	Público
BCO. ABC BRASIL S.A.	ABC BRASIL	Privado
BCO. ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	ALFA INVEST	Privado
BCO. AMAZONIA S.A.	AMAZONIA	Público
BCO. BRADESCO S.A.	BRADESCO	Privado
BCO. BRASIL S.A.	BRASIL	Público
BCO. DAYCOVAL S.A.	DAYCOVAL	Privado
BCO. ESTADO DE SERGIPE S.A. – BANESE	BANESE	Público
BCO. ESTADO DO PARA S.A.	BANPARA	Público
BCO. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	BANRISUL	Público
BCO. INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	BICBANCO	Privado
BCO. INDUSVAL S.A.	INDUSVAL	Privado
BCO. NORDESTE DO BRASIL S.A.	NORD BRASIL	Público
BCO. PANAMERICANO S.A.	PANAMERICANO	Privado
BCO. PATAGONIA S.A.	PATAGONIA	Privado
BCO. PINE S.A.	PINE	Privado
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	SANTANDER BR	Privado
BCO. SOFISA S.A.	SOFISA	Privado
BCO. DE BRASÍLIA S.A.	BRB BANCO	Público
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	ITAUUNIBANCO	Privado
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	ITAUSA	Público
PARANA BCO S.A.	PARANA	Privado
VOTORANTIM FINANÇAS S.A.	VOTORANTIM	Privado

Fonte: BM&F Bovespa, 2010

Após o levantamento, os dados foram tabulados em planilhas do Excel, no qual foi possível analisar e evidenciar comportamentos sobre a distribuição do Valor Adicionado pela população estudada. Para a análise também se buscou informações nos Relatórios da Administração e Notas Explicativas, a fim de verificar alguma possível operação ligada à distribuição do Valor Adicionado.

Numa segunda análise, os dados foram segmentados de acordo com o controle acionário das instituições financeiras em dois grupos distintos: por controle acionário público e controle privado. Com essa análise, procurou-se investigar possíveis diferenças de comportamento no que tange à distribuição do Valor Adicionado. A análise dos dados restringe-se à distribuição do Valor Adicionado, efetuada pelos bancos, não abrangendo a forma como o valor é gerado, conforme detalhado na sequência.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Visando identificar como as organizações do setor de bancos da BM&F Bovespa distribuem seu Valor Adicionado para os segmentos de pessoal, governos, remuneração dos RRCF, Fortaleza, v.4, n.2, Jul./Dez. 2013

Demonstração do valor adicionado: um estudo sobre o valor distribuído pelo segmento de bancos da BM&F BOVESPA

capitais de terceiros e próprios nos anos de 2007, 2008 e 2009, dividiu-se a análise em dois momentos. Inicialmente apresenta-se a análise sobre a evolução da distribuição do Valor Adicionado no período, e posteriormente uma análise comparativa da distribuição do Valor Adicionado por controle acionário.

4.1 Análise da distribuição do Valor Adicionado no setor de bancos

Inicialmente, cabe uma breve caracterização do setor bancário, regulado pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que é uma das entidades supervisoras e componentes do Sistema Monetário Nacional – STN. Segundo dados da Revista Exame – Maiores e Melhores de 2009, os 50 maiores bancos com atividades no Brasil fecharam o ano com um patrimônio líquido de 143 bilhões de dólares, apresentando ainda um lucro de 24 bilhões de dólares, que significa um aumento de 15% em relação a 2008. Dentre esses 50 bancos, 19 não fazem parte da população estudada.

A Federação Nacional dos Bancos - FEENABAN (2010), que é o braço sindical da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN, relata que o setor bancário possui mais de 460 mil trabalhadores, e que todos estão cobertos pelos mesmos benefícios, propostos por sua convenção anual, fato que não se repete em nenhum dos setores mais significativos da economia no país.

No que diz respeito à responsabilidade social, é possível observar, no sítio eletrônico da BM&F Bovespa (2010), um *link* que aponta organizações financeiras que apresentam dados sobre ações sociais realizadas. Dos bancos pesquisados neste estudo, destacam-se os bancos do Brasil, Bradesco, Banrisul, Itaú e Paraná, que evidenciam diversas atividades nas áreas de cultura, saúde, educação, entre outras.

Para evidenciar a distribuição do Valor Adicionado pelos segmentos de pessoal (Pes.), governos (Gov.), remuneração de capitais de terceiros (Terc.) e remuneração de capital próprio (Prop.), apresenta-se no Quadro 3 os percentuais apurados por organização financeira no período de 2007 a 2009.

Quadro 3 - Distribuição do Valor Adicionado dos Bancos no período de 2007 a 2009

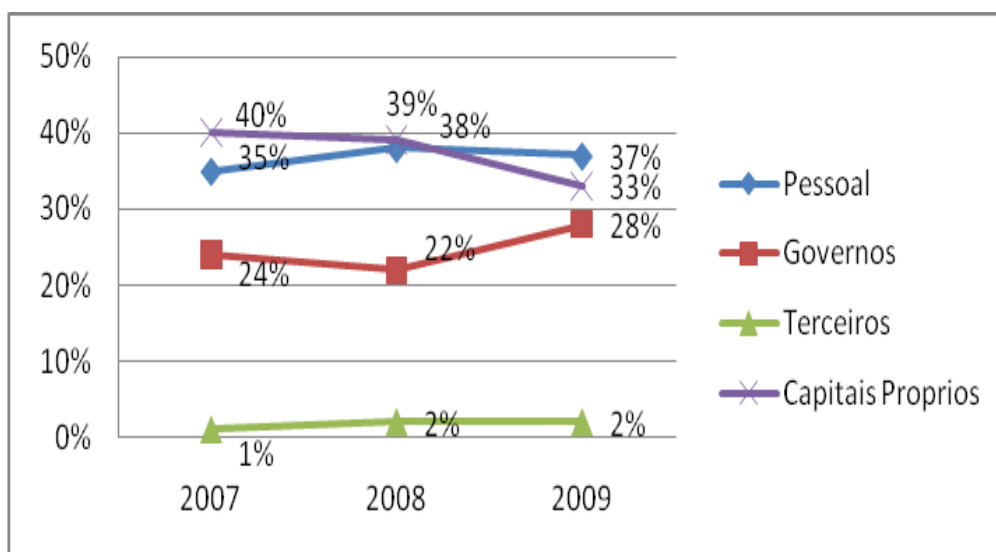
Bancos/Segmento	2007 (%)				2008 (%)				2009 (%)			
	Pes.	Gov.	Terc.	Prop.	Pes.	Gov.	Terc.	Prop.	Pes.	Gov.	Terc.	Prop.
BCO Est. Espírito Santo	47	0	2	52	39	21	2	38	36	32	2	30
BCO ABC Brasil S.A.	36	16	0	48	38	10	0	51	36	13	0	51
BCO Alfa de Investimentos S.A.	17	28	2	54	25	22	2	50	32	25	3	40
BCO Amazônia S.A.	40	27	1	32	43	16	1	39	64	27	1	7

BCO Bradesco S.A.	29	29	3	39	36	19	3	42	30	33	2	34
BCO Brasil S.A.	47	26	0	27	37	25	2	37	38	28	2	33
BCO Daycoval S.A.	16	27	1	56	20	27	2	52	17	30	2	52
BCO Estado de Sergipe S.A.	71	17	1	11	58	18	1	22	54	25	1	20
BCO Estado do RS S.A.	44	-5	2	59	43	21	2	34	41	30	2	27
BCO Industrial e Comercial S.A	26	31	1	42	23	25	1	51	20	35	1	44
BCO Induval S.A.	38	25	1	36	34	27	1	39	67	13	2	18
BCO Nordeste do Brasil S.A.	54	24	2	21	47	25	1	27	47	26	2	26
BCO Panamericano S.A.	10	45	3	42	15	44	4	38	8	44	2	45
BCO Patagônia S.A.	65	12	0	22	59	12	0	29	45	23	0	32
BCO Pine S.A.	20	29	1	50	28	24	3	46	26	32	4	39
BCO Santander (Brasil) S.A.	38	24	3	34	56	11	5	28	43	37	4	16
BCO Sofisa S.A.	38	10	0	51	38	16	1	45	58	-1	2	40
BRB - BCO Brasília S.A.	48	31	0	21	49	29	0	22	40	33	0	27
Itaú Unibanco Holding S.A.	26	35	2	38	39	18	3	41	31	35	2	31
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	26	35	2	38	45	23	3	29	30	37	2	31
Paraná BCO S.A.	11	27	1	61	21	21	1	56	18	23	1	57
Votorantim Finanças S.A.	22	30	0	48	38	22	0	41	27	39	0	35
Média	35	24	1	40	38	22	2	39	37	28	2	33

Fonte: Dados da pesquisa

Com base nos dados levantados e sistematizados no Quadro 3, visando evidenciar as variações na distribuição do Valor Adicionado, no período analisado, entre os segmentos de pessoal, governos, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capital próprio, apresenta-se no Gráfico 1 a distribuição média do valor adicionado por segmento, efetuada pelos bancos.

Gráfico 1 - Distribuição média do Valor Adicionado por segmento



Fonte: Dados da pesquisa

Em termos de distribuição da riqueza gerada pelos bancos da BM&F Bovespa no período analisado, os capitais próprios tiveram a maior remuneração em 2007 e 2008, respectivamente 40% e 39% do Valor Adicionado, apresentando uma queda em 2009. A remuneração de pessoal foi o segundo segmento que mais recebeu em termos de Valor Adicionado e, diferentemente da remuneração de capitais próprios, apresentou no período pouca oscilação, entre 35% a 38% de destinação.

Individualmente, as instituições financeiras que mais distribuíram a título de remuneração do capital próprio, no período analisado, foram os bancos Abc e Daycoval, chegando respectivamente a 51% e 56% do Valor Adicionado apurado. Já os bancos do Estado do Sergipe e o Santander apresentaram no período a menor média em termos de destinação para a remuneração do capital próprio. Os resultados evidenciaram que mais da metade dos bancos reduziram o percentual de Valor Adicionado distribuído para a remuneração de capitais próprios de 2007 para 2009.

No segmento de pessoal a média distribuída do Valor Adicionado nos três anos pesquisados ficou em 37%. As instituições Banco do Estado de Sergipe e Patagônia distribuíram um valor bem acima da média, respectivamente 61% e 56%. Na outra ponta, os bancos Panamericano, Daycoval e Paraná, foram as instituições que menos distribuíram para a remuneração do trabalho, no segmento de pessoal, com uma média de 11%, 18% e 17%, respectivamente. Na distribuição do Valor Adicionado para remuneração do trabalho identificou-se, com base em notas explicativas, iniciativas de algumas instituições financeiras que têm como política conceder aos empregados participação nos resultados, com destaque para os bancos Votorantim e Abc.

A título de remuneração ao governo, os bancos no período analisado distribuíram em média 24% do Valor Adicionado. Conforme evidenciado no Gráfico 4 é possível observar, após uma queda na média do valor destinado no ano de 2008, uma retomada em 2009, respectivamente de 22% para 28%. No período analisado, 2007 a 2009, as instituições financeiras registraram uma elevação média de 16% do Valor Adicionado distribuído para pagamento de impostos, taxas e contribuições. Os bancos Panamericano e Itausa foram os que, em média, mais distribuíram Valor Adicionado a título de remuneração do governo, alcançando uma média no período de 44% e 32%, respectivamente, enquanto os bancos Sofisa e Abc distribuíram somente 8% e 13%, em média.

O segmento que menos recebeu Valor Adicionado nos três anos foi o de remuneração

de capitais de terceiros, com médias de 1% a 2%. Diferentemente das outras empresas comerciais, os bancos não evidenciam em capitais de terceiros os juros pagos, esses juros são computados como despesas de intermediação financeira.

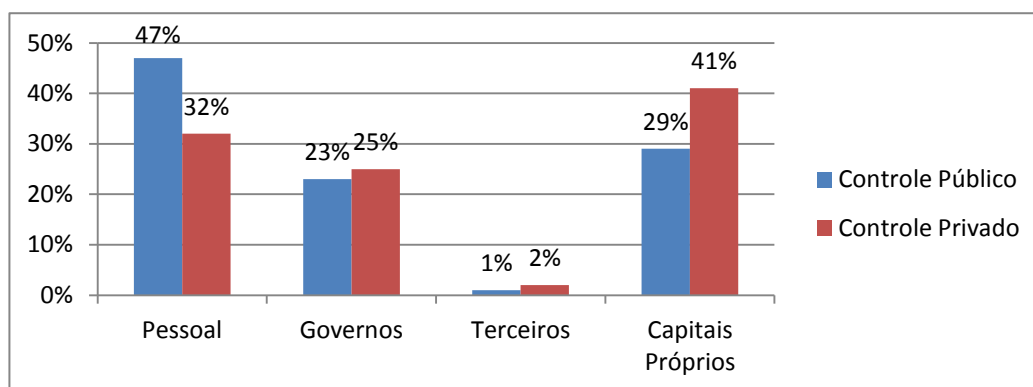
No período de 2007 a 2009, os bancos da BM&F Bovespa apresentaram variações nos percentuais de distribuição do Valor Adicionado, que podem indicar tanto estratégias como vantagens competitivas, com algumas instituições financeiras remunerando melhor o capital próprio, outras o pessoal e outras, em alguns casos, o governo.

4.2 Análise comparativa da distribuição do Valor Adicionado por controle acionário

Com o objetivo de evidenciar e comparar possíveis diferenças no valor distribuído pelos bancos por controle acionário, estratificou-se a população do estudo em dois grupos: bancos com controle acionário público e bancos com controle acionário privado. O levantamento do controle acionário de cada banco da população selecionada está evidenciado no Quadro 2, apresentado na caracterização da população, na seção da Metodologia. Do total de 22 organizações financeiras que integram a população do estudo, 7 são de controle acionário público e 15 de controle privado.

Em termos de resultado, evidencia-se, no Gráfico 2, um comparativo do Valor Adicionado médio, em percentuais, distribuído pelos dois grupos, por controle acionário, aos respectivos segmentos que contribuíram na geração da riqueza.

Gráfico 2 - Comparativo do Valor Adicionado distribuído por controle acionário



Fonte: Dados da pesquisa

Conforme ilustrado no Gráfico 2, é possível notar um comportamento diferenciado dos bancos por controle acionário. Os bancos, com controle acionário público, apresentaram uma maior destinação da sua riqueza para o segmento de pessoal, com uma média de 47% contra uma média de 32% destinada pelos bancos com controle privado.

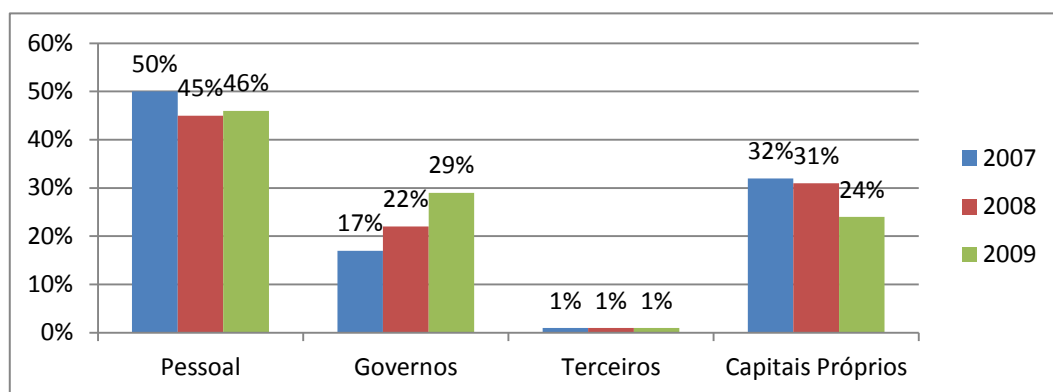
A partir da análise realizada, conforme pode ser visualizado no Quadro 3, do total de bancos privados, somente os bancos Patagônia, com 57% de média nos três anos, e o Induval RRCF, Fortaleza, v.4, n.2, Jul./Dez. 2013

Demonstração do valor adicionado: um estudo sobre o valor distribuído pelo segmento se bancos da BM&F BOVESPA

com 47%, conseguiram se aproximar dos percentuais médios distribuídos para pessoal, apresentados pelos bancos públicos.

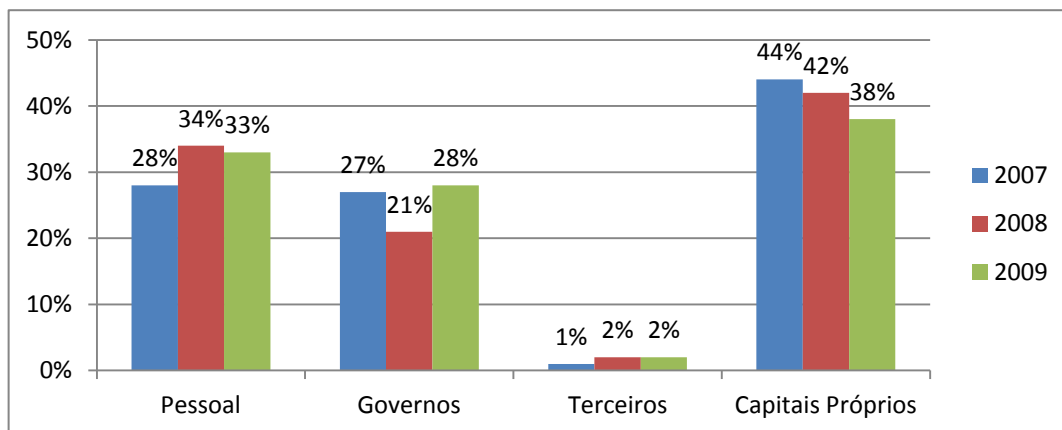
Para maior detalhamento, apresenta-se os Gráficos 3 e 4 nos quais é possível visualizar as destinações do Valor Adicionado, distribuídos pelos bancos estratificados por controle acionário público e privado no período de 2007 a 2009.

Gráfico 3 - Distribuição média do Valor Adicionado nos bancos públicos



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 4 - Distribuição média do Valor Adicionado nos bancos privados



Fonte: Dados da pesquisa

Os bancos de controle acionário privado apresentaram maior destinação do Valor Adicionado para remunerar os capitais próprios, com uma distribuição média para este segmento de 41%, 12 pontos percentuais a mais do que foi distribuído pelos bancos públicos. Entretanto, tanto os bancos privados como os públicos registraram no período uma redução da remuneração dos capitais próprios, conforme pode ser visualizado nos Gráficos 3 e 4.

Em relação à distribuição do Valor Adicionado para remunerar o governo, de acordo com os Gráficos 3 e 4, os bancos de controle acionário privado têm um percentual médio

superior ao dos bancos com controle acionário público, ficando em 25% e 23%, respectivamente. Destaca-se o comportamento da evolução do Valor Adicionado distribuído pelos bancos de controle acionário público, que apresentaram um crescimento gradativo de 17% para 22%, em 2008; e 28% ,em 2009.

No que se refere à remuneração dos capitais de terceiros, tanto os bancos de controle acionário público como os de controle privado, destinaram a menor parcela do seu Valor Adicionado para esse segmento, com conduta semelhante. Os capitais de terceiros, no período analisado, de 2007 a 2009, receberam em média 1% do Valor Adicionado pelos bancos públicos e de 1% a 2% pelos bancos de controle privado.

5 CONCLUSÕES

A pesquisa realizada teve como objetivo identificar como os bancos do setor financeiro da BM&F Bovespa distribuem o Valor Adicionado para os segmentos de pessoal, governos, remuneração dos capitais de terceiros e próprios nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Identificou-se que os bancos distribuíram em 2007 e 2008 uma parcela maior da sua riqueza gerada para o segmento de remuneração de capitais próprios. Entretanto, esse fato não se repetiu em 2009, quando os bancos acabaram distribuindo um Valor Adicionado maior para a remuneração do trabalho, ou seja, para o segmento de pessoal que, até então, ocupava a segunda posição na distribuição.

A remuneração para o governo, a título de impostos, taxas e contribuições, ficou sempre em terceiro lugar em termos da distribuição do Valor Adicionado, variando pouco no período analisado. Em média esse segmento recebeu um quarto do Valor Adicionado total distribuído. A menor parcela da riqueza gerada ficou para a remuneração de capitais de terceiros, ficando evidenciado, pelos dados levantados, que muitas organizações financeiras distribuíram para esse segmento menos de 1% do Valor Adicionado gerado pelas suas atividades. Esse baixo percentual é justificado pelo fato de que os bancos não apresentam o componente juros pagos a terceiros, conforme evidenciado na fundamentação teórica.

Em relação à identificação de possíveis diferenças de comportamento no que tange à distribuição do Valor Adicionado efetuada por bancos com controle acionário público e controle privado, constatou-se que os bancos com controle acionário público apresentam uma maior distribuição para o segmento de pessoal. No entanto, em termos evolutivos, no período de 2007 a 2009, os resultados demonstraram que os bancos públicos reduziram o percentual

Demonstração do valor adicionado: um estudo sobre o valor distribuído pelo segmento se
bancos da BM&F BOVESPA

de distribuição ao segmento pessoal, enquanto os bancos de controle acionário privado apresentaram um crescimento na distribuição para esse segmento.

Tanto os bancos de controle acionário público, quanto de controle privado, apresentaram, no período de 2007 a 2009, uma redução na sua distribuição para o segmento de remuneração de capital próprio. Nos bancos de controle acionário público, a redução foi mais significativa: de 32% em 2007; e para 24%, em 2009, perfazendo 8 pontos percentuais. Entretanto os bancos de controle acionário privados destinaram mais da sua riqueza gerada para esse segmento, respectivamente 44%, em 2007; e 38%, em 2009, sendo o segmento que mais recebeu em termos de remuneração.

Independentemente de a Demonstração do Valor Adicionado ser um demonstrativo obrigatório apenas para as empresas de capital aberto, a partir da Lei. n. 11.638/07, sua elaboração e divulgação é de fundamental importância para a evidência da responsabilidade social das organizações junto ao meio em que estão inseridas. A Demonstração do Valor Adicionado, juntamente com diversos modelos de Balanço Social e Relatórios de Sustentabilidade, também reforça o papel da contabilidade na evidência de informações de natureza social e ambiental.

Com a elaboração da DVA é possível para as organizações evidenciar o quanto proporcionam de retorno à sociedade. Considerando o aspecto social da DVA, reforça-se que sua elaboração e divulgação deveria ser obrigatória para todas as organizações e não apenas para as empresas de capital aberto, conforme determinado pela Lei. n. 11.638/07.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 16001 - *Responsabilidade social: sistemas de gestão – requisitos*. Rio de Janeiro, 2004.

_____. *Diretrizes sobre a responsabilidade social/ISO 26000 = Guidance on social responsibility*. 1. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 76-97.

BOLSA DE MERCADORIAS E FUTUROS E BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO-BM&F BOVESPA. Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br>. Acesso em: 20 ago. 2010.

BRASIL. *Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007*. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404

de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 12 set. 2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIARÁRIOS (CVM). *Deliberação CVM n. 557 de 12 de novembro de 2008*. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 12 set. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *Resolução CFC n. 1.138/08*. Aprova a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (com alteração de sigla e numeração dada pela Resolução CFC n.º 1.329/11). Disponível em : <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001138>. Acesso em: 12 set. 2010.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. *Demonstração do valor Adicionado – DVA – um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza para os funcionários*. 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes; et al. *Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS – FEBRABAN. *Fatos e dados do setor*. Disponível em: <www.febraban.org.br/negociacao/neg_dieese.asp>. Acesso em: 01 nov. 2010.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. *O que é RSE*. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em: 30 abr. 2010.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. *Guia para elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade*. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

LEÃO Mauro Eustáquio de Souza. *O balanço social como instrumento de divulgação das ações sociais das empresas: proposição de modelo*. 2003. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. *Contabilidade Avançada*. 11. ed. São Paulo: Editora Frase, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. 17. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

SANTOS, Arioaldo dos. *Demonstração do Valor Adicionado: como elaborar e a analisar a DVA*. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. *Contabilidade e gestão ambiental*. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.